



Plágio na construção de trabalhos científicos

Marli Teresinha Gimenez Galvão¹

Nos diferentes níveis de acesso ao conhecimento, do ensino fundamental ao superior, há inquietação com a facilidade de acesso às informações disponíveis na internet, cujos conteúdos veiculados são copiados, muitas vezes, arbitrariamente. Entretanto, há crescente preocupação de garantir que as “cópias” sejam utilizadas como citações e com o devido reconhecimento do verdadeiro autor. Assim, o plágio surge com grande força, especialmente no âmbito da publicação de pesquisa científica, com a existência de casos não somente no domínio da pós-graduação *stricto sensu*, mas também da atividade científica de forma geral⁽¹⁾.

O plágio consiste no apossamento, como se fosse da própria autoria, de resultados ou conclusões de outro autor, bem como de textos integrais ou de parte substancial de textos alheios sem os cuidados inerentes a cada um como merecimento autoral. Comete igualmente plágio quem se apropria de ideias ou dados obtidos em análises de projetos ou manuscritos não publicados aos quais teve acesso como consultor, revisor, editor ou assemelhado⁽²⁾.

São vários os tipos de plágio. Entre estes, o plágio integral que consiste em copiar *ipsis litteris* trechos de uma obra sem indicar serem estes uma citação e sem fazer-lhe referência; o plágio parcial, também denominado de mosaico, resultante da seleção de partes do texto ou frases, formado por colagens de um ou diversos autores, sem mencionar suas fontes; o plágio conceitual, ou seja, o uso das ideias, reescritas de outra forma, sem citar a referência original. Existe, ainda, o autoplágio, que consiste na apresentação total ou parcial de diferentes matérias, como textos e resultados de pesquisas novas, divulgadas pelo mesmo autor em estudos anteriores, sem as devidas referências àqueles trabalhos⁽²⁾.

Independentemente da forma de cópia, o plágio é sempre uma desonestidade e uma violação dos direitos autorais, e o plagiador pode ser responsabilizado com ações cíveis e penais, por se tratar de reprodução de redações, resultados ou de ideias, as quais estão amparadas por lei, que é pública e explícita⁽³⁾.

A comunidade científica tem discutido a ética na construção e publicação de textos públicos, como artigos, teses, dissertações, monografias, capítulos de livros, resumos, entre outros difundidos sem a identificação de autorias e sem as fontes de referências. No Brasil, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) propôs um conjunto de diretrizes para promover a ética na publicação de pesquisas científicas e estabeleceu parâmetros para investigar eventuais condutas indevidas⁽²⁾. Dentre as diretrizes indicadas pelo CNPq, destacam-se as seguintes: “O autor deve sempre dar crédito a todas as fontes que fundamentam diretamente seu trabalho; Quando se resume um texto alheio, o autor deve procurar reproduzir o significado exato das ideias ou fatos apresentados pelo autor original, que deve ser citado; Quando se submete um manuscrito para publicação contendo informações, conclusões ou dados que já foram disseminados de forma significativa, o autor deve indicar claramente aos editores e leitores a existência da divulgação prévia da informação; Para evitar qualquer caracterização de autoplágio, o uso de textos e trabalhos anteriores do próprio autor deve ser assinalado, com as devidas referências e citações”².

¹Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, CE, Brasil.

²Disponível em: http://memoria.cnpq.br/normas/lei_po_085_11.htm. Citado 2014 abr 20.

Autor correspondente: Marli Teresinha Gimenez Galvão

Rua Alexandre Baraúna, 1115 – Rodolfo Teófilo. Fortaleza, CE, Brasil. CEP: 60430-160. E-mail: marliglavão@gmail.com

Seja qual for o tipo de plágio, poderá ser a total perda de crédito e confiabilidade do plagiador perante seus pares.

Na atualidade, o plágio, decorre sobretudo da facilidade e do avanço tecnológico de comunicação, mediante a infinidade de informações disponibilizadas por acervo virtual, propiciando o acesso a diferentes produções. Tal fato tem possibilitado aos usuários usufruírem de materiais para enriquecimento intelectual. Contudo, ao mesmo tempo, possibilita-lhes se utilizar das informações de modo incorreto ou com segundas intenções, sem dar os devidos créditos aos verdadeiros autores⁽⁴⁾. Inadvertidamente, os plagiadores empregam o recurso do “cola-cópia” para formular textos.

Diante desta conduta, a cópia total ou parcial pode ser detectada por meio de diversos recursos. Inicialmente, a leitura atenta de um documento pelo professor/orientador poderá conduzir à suspeita da autoria do texto em razão da forma em que foi descrito, particularmente na estrutura da redação e ou uso de palavras incomuns no vocabulário do autor. De modo amplo, estimula-se a verificação de plágio, empregando-se um mecanismo de busca, com uso de *softwares* antiplágio para detecção de cópias de trechos ou partes inteiras de trabalhos. A opção de uso do *software* mostra uma taxa de similaridades, destacando palavras-chave, expressões, frases e parágrafos.

Resultados de estudo desenvolvido para avaliar o termo plágio indicou cerca de 8.000 artigos na língua inglesa⁽⁵⁾. Conforme esses resultados apontam, embora um trabalho passe por análises criteriosas antes de ser publicado, os parecerista, durante análises prévias, não conseguem detectar todas as impropriedades, incluindo-se a cópia de outros estudos. Deste modo, a detecção do plágio é uma das mais difíceis tarefas do corpo editorial de uma revista. Uma das atribuições de editores e revisores é a busca especializada nos diferentes bancos de dados na tentativa de identificar se o texto trazido para publicação já foi divulgado por aqueles autores ou por outros autores.

Um dos princípios da Rev Rene é impedir a aprovação de conteúdos caracterizados como plágio. Como medida preventiva, adota-se na submissão do artigo uma declaração a ser assinada pelos autores informando a originalidade da redação, portanto, ausência de plágio. Também, durante a revisão do manuscrito efetuado pelos pares, busca-se atentar para minimizar a possibilidade de divulgação de conteúdos considerados plágio.

Referências

1. Sabatini M. Do plágio à publicidade disfarçada: brechas da fraude e do antiético na comunicação científica. *Com Ciênc* [Internet]. 2013 [citado 2014 jun 2]; 147. Disponível em: <http://www.comciencia.br/comciencia/handler.php?section=8&edicao=87&id=1071>
2. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Ética e integridade na prática científica. Relatório da Comissão de Integridade de Pesquisa do CNPq [Internet]. [citado 2014 abr 20]. Disponível em: http://memoria.cnpq.br/normas/lei_po_085_11.htm
3. Instituto de Arte e Comunicação Social. Nem tudo que parece é: entenda o que é plágio [Internet]. 2010 [citado 2014 mai 13]. Disponível em: <http://www.noticias.uff.br/arquivos/cartilha-sobre-plagio-academico.pdf>
4. Moraes R. O plágio na pesquisa acadêmica: a proliferação da desonestidade intelectual. *Rev Diál Possíveis*. 2004; 1:92-109.
5. Chamon W. Plágio e má conduta na pesquisa: onde estamos e o que podemos fazer. *Arq Bras Oftalmol*. 2013; 76(6):5-6.